

Universidade de Brasília

FERNANDA EVANGELISTA DOS SANTOS

RESENHA DA OBRA “GRAMÁTICA SIM, E DAÍ?”

Brasília
2023

RESENHA/ *REVIEW*

Medeiros Junior, Paulo. Gramática sim, e daí? Reflexões acerca do ensino de gramática nos anos da educação básica. Curitiba: CRV, 2020. ISBN 978-85-444-4090-2. 98 p.

Por/By: Fernanda Evangelista dos Santos

(Universidade de Brasília)

Palavras-chave: Educação básica. Ensino de gramática. Raciocínio lógico-linguístico.

Key-words: Basic education. Grammar teaching. Logical-linguistic reasoning.

“[...] o problema com o ensino de língua nunca foi a análise metalinguística propriamente, mas o tipo de abordagem vazia que se implementava com a aplicação desse tipo de reflexão.” (MEDEIROS JUNIOR, 2020, p. 93)

A literatura aponta que o estudo da língua, baseado numa reflexão metalinguística e elaborado com base na análise de palavras e frases isoladas, não conduz o estudante a uma reflexão adequada sobre os fatos linguísticos. No entanto, a proposta de ensino em vigor privilegia primeiro o texto e os sentidos que nele se constituem, em detrimento de uma prática de ensino baseada na reflexão metalinguística e, ainda assim, o Brasil segue ocupando as últimas posições nos rankings de educação mundial. Desse modo, é necessário que o estudo da gramática em sala de aula seja retomado e reforçado pelos professores de língua portuguesa, a fim de provocar nos estudantes o desenvolvimento do raciocínio lógico-linguístico, que os possibilitará a ler, escrever e interpretar de forma adequada.

No contexto dessa discussão, é salutar destacar que o estabelecimento da intertextualidade, a constituição de inferências e até mesmo as vivências prévias dos indivíduos são importantes para o exercício da interpretação do que se lê. Além disso, é inegável que o conhecimento vocabular da língua ou outros métodos de interpretações são importantes e devem ser trabalhados pelos professores em sala de aula. Ademais, é claro que existem outras competências – que ultrapassam o que diz respeito ao domínio das estruturas básicas da língua escrita – fundamentais para a elaboração de um bom texto. No entanto, não se pode perder de vista que a consciência das relações gramaticais é basilar para que o indivíduo seja um leitor e um escritor competente.

Com o objetivo de iniciar a discussão acerca da importância do ensino da gramática nas séries da educação básica, a obra *Gramática sim, e daí?* mostra-se de suma importância para professores de língua portuguesa, em qualquer fase da formação. O professor Paulo Medeiros Junior (autor da obra) mostra, de forma consistente, que o debate da gramática no contexto de sala de aula é basilar para desenvolver o raciocínio e a independência de pensamento. Ademais, o autor defende no texto que, nesse processo, os docentes têm o papel de incitar a constituição do raciocínio lógico-linguístico.

O livro, formado por cinco capítulos, se propõe a provocar a reflexão e argumentar a favor do resgate, da manutenção e da ampliação do lugar da gramática, em prol de uma educação linguística eficiente para os discentes. No capítulo que inicia o trabalho, intitulado *Por que a “gramática” é importante?*, o autor discorre acerca da importância do ensino da gramática e, além de defender a inserção dessa disciplina nos anos da educação básica, defende a ampliação das discussões acerca da sintaxe da língua.

O fato de os estudantes brasileiros terem acesso ao trabalho com a língua portuguesa durante toda a formação básica e, ainda assim, afirmarem (ao final do processo) que conhecem muito pouco sobre a gramática do português, se mostra como uma antítese. Desse modo, o que o autor defende é que, antes de compreender a ideia de um texto, é basilar que os estudantes entendam sua articulação e a construção das relações gramaticais para, enfim, interpretar os fatos sintáticos corretamente. Uma vez que tomarem posse desse conhecimento, os estudantes terão suas capacidades de raciocinar desenvolvidas e, conseqüentemente, aprenderão a pensar, no sentido mais abrangente, de modo que também desenvolverão seus raciocínios em outras áreas do conhecimento, como em Matemática, por exemplo.

No segundo capítulo da obra, intitulado “*O lugar do estudo da gramática no desenvolvimento do raciocínio lógico-linguístico: há espaço para a análise metalinguística?*”, o autor traz a argumentação de que o desenvolvimento do raciocínio lógico-linguístico só é possível quando se tem uma consciência sobre a organização sintática e esta, por sua vez, só pode ser obtida por meio da reflexão metalinguística. A princípio, o autor define o raciocínio lógico-linguístico como a competência para tratar dos elementos linguísticos, para dominar os mecanismos cabíveis à organização sintático-morfológica, tendo como base uma consciência sobre quais combinações podem ou não ser feitas.

Considerando a base da teoria gerativista, segundo a qual os falantes nativos de uma língua já nascem competentes nesta, não há necessidade de ensinar, nas escolas, as crianças a serem competentes no uso da língua na modalidade oral. No entanto, o raciocínio acerca dos modos de organização da língua escrita só é possível por meio de uma consciência da sintaxe, que só pode ser alcançada por meio da reflexão metalinguística. Sem essa consciência sintática, ninguém escreve ou interpreta um texto de forma apropriada.

Desse modo, o que efetivamente deve ser objeto de críticas é uma abordagem de análise metalinguística baseada em memorizar, sem compreender o que é memorizado. Em contrapartida, uma abordagem de análise metalinguística que incite o estudante a pensar sobre os processos fonológicos, morfológicos e morfossintáticos evidentemente vai torná-lo capaz de relacionar conhecimentos obtidos por meio da construção de uma consciência da sintaxe, que vai ser determinante na melhoria do desempenho na produção e interpretação de textos escritos.

No terceiro capítulo da obra, intitulado “*Por que estudar Fonologia?*”, o autor discorre sobre a relação entre a fonologia e a ortografia. Assim sendo, para que o estudante seja competente na produção e na interpretação de textos, é necessária uma consciência acerca da relação da escrita com os processos fonológicos da língua. Para exemplificar essa ligação, basta pensar no porquê da regra da língua portuguesa, segundo a qual o uso da consoante “M” é obrigatório antes das consoantes “P” e “B”. A motivação é fonológica e, para que os estudantes tenham consciência desse fato, basta que o professor peça que reproduzam e observem o formato da boca quando pronunciam os fonemas /p/, /b/ e /m/. Eles perceberão que o ponto de articulação – bilabial – é o mesmo e entenderão a razão de se escrever M antes de “p” e “b”. É visível, então, que uma reflexão consciente sobre a fonologia da língua é capaz de elucidar alguns problemas ortográficos e que, como o autor defende, a reflexão sobre a estrutura da língua é fundamental no processo de aquisição da língua escrita.

No quarto capítulo da obra, intitulado “*Por que estudar Morfologia?*”, o autor discorre sobre questões que dizem respeito à palavra como unidade de análise e a seus elementos estruturais, visando ao desenvolvimento da escrita e interpretação e do raciocínio lógico-linguístico. Para iniciar a discussão, é válido salientar que o conhecimento morfológico que costuma ser transmitido nos livros didáticos se restringe às definições das classes gramaticais. No entanto, essas definições não dão conta da totalidade dos fatos linguísticos.

Os manuais de gramática definem os verbos como “palavras que indicam ação, estado ou fenômeno da natureza”. Todavia, os verbos “ter”, “amar” e “haver” não podem ser encaixados em nenhuma das três categorias. Os pronomes são definidos como “o que substitui ou acompanha o nome”. Contudo, quando o professor apresenta aos alunos o dado “Os meninos bonitos foram para a festa” e solicita que o nome seja substituído pelo pronome correspondente, não é apenas o nome que é substituído pelo pronome “eles”, mas o sintagma nominal – *Os meninos bonitos* – inteiro.

As categorias dos verbos e dos pronomes não são as únicas com definições problemáticas, mas esses exemplos mostram que essas definições não dão conta da totalidade das ocorrências da língua. Desse modo, mais importante do que saber as definições das classes de palavras, é saber como um item lexical vai se comportar num determinado contexto sintático.

É proveitoso, por exemplo, explicar aos estudantes que o morfema é a menor unidade dotada de significado que integra um vocábulo e que sua natureza vai de elementos estruturais, como as raízes, até elementos funcionais, como as desinências e, ainda nessa exposição, explicar que o *-o*, que comumente é atribuído como desinência de gênero masculino, também pode ser empregado para fazer referência ao neutro, como no dado: “Menino é agitado mesmo”, que faz referência a crianças do gênero feminino e masculino. Também é produtivo mostrar que o morfema zero determina a interpretação genérica para um termo, como no dado: “Professor é desvalorizado no Brasil”, que abrange todos os professores, enquanto o *-a* determina uma interpretação eminentemente feminina: “Professora é desvalorizada no Brasil”. Por fim, em relação ao número, convém apresentar que os morfemas que marcam o plural são *-s*, *-es* e *-is*, enquanto a marca de singular não é realizada na língua, ou seja, trata-se de um morfema zero.

Com o exposto, fica claro que apenas definir os nomes, adjetivos, advérbios ou verbos não é suficiente para provocar nos estudantes uma reflexão adequada sobre as classes de palavras. É mais benéfico mostrar aos estudantes que os nomes podem ser flexionados em

gênero e em número; que nomes podem sofrer derivação associada ao grau; que os verbos se flexionam em número e pessoa e podem receber desinências modo-temporais e número-pessoais; ou, ainda, mostrar que os adjetivos se flexionam em gênero, número e derivam em grau.

Nesses exemplos, o critério morfológico foi utilizado para categorizar os itens lexicais em classes definidas. No entanto, também é possível recorrer a um critério sintático. Por exemplo, é possível mostrar aos estudantes que os substantivos funcionam como sujeitos, complementos de verbos e nomes e também podem funcionar como aposto ou predicativo; que adjetivos funcionam como adjuntos ou predicativos; que advérbios atribuem circunstâncias aos predicadores e que preposições conectam termos e orações.

O que o autor bem mostra, no quarto capítulo, é que existem diversos caminhos possíveis para analisar a língua em suas classes específicas. Caminhos que fomentam uma reflexão consciente sobre as propriedades e funcionalidades dos termos da língua e que dispensam a necessidade de recorrer a estratégias concentradas apenas na memorização de definições, estas que sequer dão conta dos fatos linguísticos.

Finalizando a obra, o quinto capítulo, intitulado “*Por que estudar Sintaxe?*”, traz a avaliação de algumas questões sintáticas importantes para o desenvolvimento dos estudantes. Neste capítulo, o autor avalia como o estudo da sintaxe pode ser útil para o desenvolvimento do raciocínio lógico-linguístico e para aprimorar as habilidades de leitura e de escrita dos estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Há de se reconhecer que o trabalho com sintaxe, como tem sido propagado por professores e manuais pedagógicos, não é o mais apropriado: os estudantes não entendem os processos de articulação que dão origem às sentenças e aos períodos e, ainda assim, são incumbidos da tarefa de desmembrar e apontar as unidades linguísticas que os formam. Desse modo, mais importante do que nomear as funções sintáticas dos elementos de uma sentença, é fazer com que os estudantes compreendam a formação e o funcionamento de cada elemento.

Há quatro categorias básicas na sintaxe: os núcleos predicadores, os sujeitos, os complementos e os adjuntos. Para que os estudantes as entendam, basta analisar os verbos *chover*, *soluçar*, *comprar*, *gostar* e *entregar* – que são, respectivamente, de zero, um, dois, dois e três argumentos, sendo que no caso do verbo *comprar*, o complemento é não preposicionado e, no caso do verbo *gostar*, o complemento é preposicionado – e mostrar como funciona a seleção de argumentos de cada um. Nessa explanação, ficará claro para os estudantes o que são

os núcleos predicadores – são os sintagmas verbais –, o que são sujeitos e o que são complementos. Em relação aos adjuntos, bastará explicar que são tudo aquilo o que, associado a um predicado, “sobram” na estrutura sintática, quando todas as posições argumentais do predicado já estão preenchidas. Fica claro, então, que se os docentes abordassem a sintaxe desse modo com os estudantes, entendendo como os enunciados se constituem, os estudantes perceberiam sua organização. Isso fomentaria o desenvolvimento do raciocínio lógico-linguístico, que seria aplicado pelos discentes em outros enunciados da língua.

Ademais, um outro ponto interessante a ser discutido com os estudantes em sala de aula é o fato de que somente sintagmas nominais podem preencher as posições de sujeito e complemento. Se isso é verdade, na sentença “O réu afirmou a verdade”, os sintagmas “O réu” e “a verdade” que, respectivamente, exercem as funções de sujeito e objeto direto, são nominais. Se no lugar do sintagma “a verdade”, existisse uma estrutura um pouco mais complexa, como “O réu afirmou que era inocente”, seria correto inferir que o complemento “que era inocente” possui natureza nominal, ou seja, substantiva. Desse modo, não seria estranho chamar essa oração de substantiva. Além disso, a oração que está substituindo um objeto direto vai se chamar de oração subordinada objetiva direta. Por fim, já que a segunda oração é complemento da primeira, trata-se de uma oração subordinada.

É possível aplicar o mesmo raciocínio para identificar orações objetivas indiretas, completivas nominais e assim por diante. Tendo como base essas reflexões sobre a língua, é perceptível que as questões sintáticas ficam mais fáceis quando o professor fomenta no estudante o raciocínio lógico-linguístico. Conclui-se, então, que a inimiga dos discentes não é a sintaxe, mas a forma como os livros didáticos e os professores a abordam. Quando se parte de uma perspectiva adequada, a sintaxe se torna uma companheira na reflexão sobre a língua.

Com esse rico material, fica evidente que qualquer proposta pedagógica que rejeite o ensino da gramática e se baseie em memorizações de definições é insuficiente para a boa formação dos estudantes. Desse modo, o ensino de gramática não deve apenas ser mantido, como ampliado. No entanto, apenas aumentar a carga horária das aulas de português não é suficiente. É necessário, antes, que os professores entendam o lugar da gramática na educação básica e levem a discussão da norma para a sala de aula.